



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais



CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO

Edital nº 02/2007

DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TABELIONATO E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES DESTE CADERNO.
Elas fazem parte da sua prova**

Este caderno contém as **Provas de Conhecimento**, abrangendo as matérias de **Língua Portuguesa, Conhecimentos Gerais de Direito, Conhecimentos Gerais de Direitos Notarial e de Registro** e os conhecimentos técnicos específicos relativos às especialidades de **Registro Civil das Pessoas Naturais, Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Registro de Imóveis, Tabelionato de Protestos de Títulos e Outros Documentos de Dívidas e Tabelionato de Notas.**

Use como rascunho a **Folha de Respostas** reproduzida no final deste caderno.

Ao receber a **Folha de Respostas**:

- confira seu nome, seu número de inscrição e o cargo de opção;
- assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

- **use apenas caneta esferográfica azul ou preta;**
- preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;
- assinale somente **uma** alternativa em cada questão. Sua resposta **não** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.

A **Folha de Respostas** não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

O tempo de duração da prova abrange, inclusive, o tempo necessário para a transcrição das respostas do caderno de provas para a **Folha de Respostas**.

ATENÇÃO: Nos termos do Edital n. 02/2007, “Será proibido, durante a realização das provas, **fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógio digital, [...] ou qualquer outro equipamento eletrônico, podendo a organização do concurso vetar o ingresso do candidato [...].**” (subitem 5.3)

DURAÇÃO TOTAL DA PROVA: CINCO HORAS

ATENÇÃO

Senhor(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **80 (oitenta) questões de múltipla escolha** — cada uma constituída de **4 (quatro) alternativas** —, assim distribuídas: **10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais de Direito, 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais sobre Direitos Notarial e de Registro, 10 (dez) questões de Conhecimentos Técnicos Específicos sobre Registro Civil das Pessoas Naturais, 10 (dez) questões de Conhecimentos Técnicos Específicos sobre Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas, 10 (dez) questões de Conhecimentos Técnicos Específicos sobre Registro de Imóveis, 10 (dez) questões de Conhecimentos Técnicos Específicos sobre Tabelionato de Protesto de Títulos e Outros Documentos de Dívida e 10 (dez) questões de Conhecimentos Técnicos Específicos sobre Tabelionato de Notas.**

Havendo algum problema, informe-o ***imediatamente*** ao aplicador de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso V.Sa. não observe essa recomendação, ***não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posteriores.***

➤ Língua Portuguesa

Questão 1

Preencha as lacunas das frases abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**.

- Paula foi ____ pé para a faculdade.
- As normas ____ quais devemos obedecer são muito rígidas.
- O menino caminhava ____ passo firme.
- Foi ao colégio disposto ____ falar com o diretor.
- Cortei o cabelo ____ Ronaldinho Gaúcho.

- A) a – as – á – a – a
B) à – as – à – à – à
C) a – às – a – a – à
D) à – às – a – à – a

Questão 2

Na seqüência de palavras: *açoitar*, *ambrosia*, *trunfo*, *fortuito*, *autora*, têm-se

- A) 5 ditongos.
B) 3 ditongos e 2 hiatos.
C) 1 ditongo e 4 hiatos.
D) 2 ditongos e 3 hiatos.

Questão 3

Assinale o item **CORRETO**, segundo as normas de concordância verbal.

- A) Fazem oito dias que não vou trabalhar.
B) Só eles podem dar tais informações.
C) A festa seria ótima, se não houvessem brigas.
D) Deu duas horas e os alunos não chegaram.

Questão 4

A forma **CORRETA** da construção da preposição entre seguida de pronomes pessoais é

- A) eu e tu.
- B) mim e tu.
- C) mim e ti.
- D) eu e ti.

Questão 5

Veja as quatro frases a seguir.

- I. Não durmo há cerca de três noites.
- II. Estou em Belo Horizonte há seis meses.
- III. Estamos há cerca de cinco horas de nosso destino.
- IV. Daqui há pouco vai ser divulgado o resultado do exame.

As frases que apresentam **CORRETAMENTE** o emprego do verbo haver são

- A) I, II e III.
- B) I e II.
- C) III e IV.
- D) II e IV.

Questão 6

Observando a grafia das palavras abaixo indique a opção em que **todas** estão **CORRETAS**.

- A) Abscesso – exceção – finalizar – espontâneo
- B) Beneficiante – realizar – espectador – hesitante
- C) Adimitiu – menção – presunção – acessor
- D) Embriaguez – extravasar – húmido – tenacidade

Questão 7

Assinale a alternativa em que a regência verbal está **CORRETA**.

- A) Assisti o filme de que você gostou.
- B) Prefiro mais a cidade do que o campo.
- C) Este é o museu de que mais gosto.
- D) Finalmente chegamos em Diamantina.

Questão 8

Aponte a alternativa em que ocorre a oração sem sujeito.

- A) Precisa-se de uma babá.
- B) A noite caiu sobre a cidade.
- C) Alguém mentiu.
- D) Hoje fez muito calor em Fortaleza.

Questão 9

Assinale, entre as alternativas abaixo, a única **CORRETA**.

- A) Sabem Suas Excelências das vossas responsabilidades?
- B) Sabem Vossas Excelências das suas responsabilidades?
- C) Sabeis Suas Excelências das vossas responsabilidades?
- D) Sabeis Vossas Excelências das suas responsabilidades?

Questão 10

Indique a alternativa que **NÃO** contém erro de regência.

- A) A eleição foi comemorada porque foi de encontro ao anseio da população.
- B) Esclarecemos que mandamos anexar os documentos no projeto original.
- C) A atitude do advogado implica em falta de ética.
- D) Prefiro remeter-me à decisão anterior de Vossa Excelência.

➤ **Conhecimentos Gerais de Direito**

Questão 11

Marque a alternativa **CORRETA**.

A União possui competência privativa para legislar, dentre outras hipóteses, sobre

- A) direito comercial.
- B) direito tributário.
- C) direito financeiro.
- D) direito econômico.

Questão 12

Assinale a assertiva **CORRETA**.

- A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- B) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros natos que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- C) O prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.
- D) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, cabendo ao administrador público definir os critérios de sua admissão.

Questão 13

Marque a alternativa **CORRETA**.

Determinado servidor público, ocupante de cargo efetivo no Estado, mediante requerimento administrativo pediu documento público de informação sobre sua contagem de tempo de serviço, para fins de aposentadoria, conforme esclareceu.

Sem qualquer justificativa, o requerimento permanece sem despacho há 90 (noventa) dias.

O servidor poderá valer-se de medida judicial para defender especificamente seu direito de

- A) petição.
- B) ampla defesa.
- C) certidão.
- D) aposentadoria.

Questão 14

Marque a assertiva **CORRETA**.

- A) A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- B) As sanções civis, penais e administrativas são dependentes entre si e não poderão, em nenhuma hipótese, ser objeto de aplicação cumulativa.
- C) A responsabilidade penal não abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
- D) A responsabilidade civil-administrativa resulta, apenas, de ato comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Questão 15

Assinale a assertiva **FALSA**.

- A) Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
- B) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nos casos de comosse ou de ato por ambos praticados.
- C) As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, poderão opor a irregularidade de sua constituição.
- D) A herança jacente ou vacante será representada, em juízo, ativa e passivamente, por seu curador.

Questão 16

Assinale a assertiva **INCORRETA**.

- A) O *habeas corpus* pode ser utilizado por terceiro de boa-fé para liberar objeto de sua propriedade, apreendido em razão de inquérito policial ou de ação penal.
- B) O mandado de segurança destina-se a proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- C) A ação de mandado de segurança poderá destinar-se também a assegurar direitos coletivos, de partidos políticos, com representantes no Congresso Nacional, de organizações sindicais, de entidades de classe ou associações legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano.
- D) A Constituição de 1988 estabelece que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular visando a anular, entre outros, ato lesivo ao meio ambiente.

Questão 17

Marque a assertiva **CORRETA**.

Considera-se funcionário público, para efeitos penais,

- A) quem exerce cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente ou sem remuneração.
- B) somente quem ocupe cargo efetivo e possua estabilidade.
- C) o funcionário concursado, exceto o comissionado.
- D) apenas quem exerce cargo, emprego ou função em entidade estatal, sob remuneração.

Questão 18

Assinale a assertiva **FALSA**.

No que tange à imposição de penas, as leis brasileira estabelecem:

- A) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos.
- B) Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade cuja soma seja superior a 30 (trinta) anos, elas devem ser unificadas para atender ao limite máximo previsto em lei.
- C) O juiz dará à autoridade administrativa competente conhecimento da sentença transitada em julgado, que impuser ou de que resultar a perda da função pública ou a incapacidade temporária para investidura em função pública ou para exercício de profissão ou atividade.
- D) O réu que sofrer condenação em caráter perpétuo no Brasil não poderá ser submetido a tortura, nem a tratamento desumano ou degradante.

Questão 19

Analise a situação hipotética seguinte e assinale a alternativa **CORRETA**.

A furtou um telefone celular e o vendeu para B.

Foram denunciados nos mesmos autos, por crimes de furto e receptação dolosa, respectivamente.

No curso da ação penal verificou-se que o acusado A era menor de 21 anos ao tempo da ação, extinguindo-se em seu favor a punibilidade do delito de furto.

O co-réu B possuía 26 (vinte e seis) anos ao tempo do delito.

A extinção da punibilidade que beneficiou A favorece B, denunciado pela suposta da prática de receptação?

- A) **Sim**, por se tratar de crimes praticados em co-autoria.
- B) **Não**, porque a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto de outro não se estende a este.
- C) **Não**, por se tratar de receptação dolosa.
- D) **Sim**, porque extinta a punibilidade do furto desaparece o delito de receptação, pressuposto do furto.

Questão 20

Marque a assertiva **CORRETA**.

- A) Constitui crime funcional contra a ordem tributária, patrocinar o funcionário público, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da condição de funcionário público.
- B) A ação penal pelos crimes contra a ordem tributária é pública condicionada à representação de autoridade fazendária competente.
- C) Será sempre da Justiça Federal a competência para julgamento de fatos que configurem ilícitos penais contra a ordem tributária, independentemente de envolver tributo estadual ou municipal.
- D) Os delitos praticados contra a ordem tributária exigem sujeito ativo com qualidade especial, ou seja, são cometidos apenas por funcionário público.

➤ **Conhecimentos Gerais sobre Direitos Notarial e de Registro**

Questão 21

De acordo com a Constituição da República e o Estatuto Profissional dos Notários e Registradores (Lei 8.935, de 1994) em vigor, em relação aos serviços notariais e de registro é **CORRETO** afirmar:

- A) São delegados do Poder Privatizado e exercidos em caráter público, competindo à lei regular suas atividades, disciplinar as responsabilidades civil e criminal dos titulares das delegações e seus prepostos, definir a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário e estabelecer normas gerais para fixação de emolumentos, somente admitido o ingresso na atividade por concurso público de provas e títulos.
- B) São delegados do Poder Público e exercidos em caráter privado, competindo à lei federal regular suas atividades, disciplinar as responsabilidades civil e criminal dos titulares das delegações e seus prepostos, definir a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário Estadual e estabelecer normas gerais para fixação de emolumentos, somente admitido o ingresso na atividade por concurso público de provas e títulos.
- C) São delegados do Poder Público e exercidos em caráter privado, competindo à lei estadual regular suas atividades, disciplinar as responsabilidades civil e criminal dos titulares das delegações e seus prepostos, definir a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário e estabelecer normas gerais para fixação de emolumentos, somente admitido o ingresso na atividade por concurso público de provas e títulos.
- D) São delegados do Poder Público e exercidos em caráter privado, competindo à lei federal regular suas atividades, disciplinar as responsabilidades civil e criminal dos titulares das delegações e seus prepostos, definir a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário Federal e estabelecer normas gerais para fixação de emolumentos, admitido a remoção na atividade por concurso público de provas e títulos.

Questão 22

No tocante às prerrogativas e direitos dos titulares dos serviços notariais e de registro, pode-se afirmar, com base na legislação de regência:

- A) São profissionais do direito, dotados de fé pública que gozam de independência no exercício de suas atribuições, com direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia, somente perderão a delegação nas hipóteses definidas em lei, competindo-lhes ainda a posse direta e propriedade pelos livros, fichas, documentos, papéis, microfimes e arquivos de computação da serventia, mesmo em caso de vacância da delegação.
- B) São profissionais do direito, dotados de fé pública que gozam de independência no exercício de suas atribuições, com direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia, somente perderão a delegação nas hipóteses definidas em lei, competindo-lhes ainda, com a devida justificação e mediante prévia autorização da autoridade competente, a instalação de sucursal do serviço respectivo.
- C) Nas unidades federativas onde já exista lei estadual específica à época da entrada em vigor da Lei federal 8.935, de 1994, é validada a atribuição para a lavratura de instrumentos translatícios de direitos reais, procurações, reconhecimentos de firmas e autenticações de cópias reprográficas aos serviços de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- D) São profissionais do direito, dotados de fé pública que gozam de independência no exercício de suas atribuições, com direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia, somente perderão a delegação nas hipóteses definidas em lei, competindo-lhes ainda a guarda e responsabilidade pelos livros, fichas, documentos, papéis, microfimes e sistemas de computação da serventia, mesmo em todas as diligências judiciais e extrajudiciais, inclusive em caso de exame pericial, que deverão ocorrer na própria sede do serviço em dia e hora adrede designados, com ciência do titular e autorização do juízo competente.

Questão 23

Nos termos do Estatuto Profissional dos Notários e Registradores (Lei n. 8.935, de 1994), é **INCORRETO** afirmar:

- A) É livre a escolha do tabelião de notas, conforme seja o domicílio das partes ou o lugar da situação dos bens objeto do ato ou negócio, não podendo praticar, em nenhuma hipótese, atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu a delegação, competindo-lhe ainda reconhecer firmas em documentos destinados a fins de direito marítimo.
- B) Compete aos notários formalizar juridicamente a vontade das partes nos atos e negócios jurídicos a que devam ou simplesmente desejam dar forma legal, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, competindo-lhes conservar os originais e expedir cópias fidedignas de seu conteúdo, além de autenticar fatos.
- C) Aos tabeliães de notas compete autenticar cópias, reconhecer firmas, lavrar atas notariais, testamentos públicos e aprovar os cerrados, bem como escrituras e procurações públicas.
- D) Os tabeliães de protesto, além de lavrá-lo, são encarregados de registrar o ato em livro próprio, microfilme ou outra forma de documentação, cabendo-lhes ainda averbar o cancelamento do protesto e as alterações necessárias para atualização dos registros efetuados.

Questão 24

Em relação aos serviços notariais e de registro a que se refere o art. 236 da Constituição da República, é **CORRETO** afirmar:

- A) Independem os oficiais de registros civis das pessoas naturais para a prática dos atos relacionados na legislação pertinente aos registros públicos, de que são incumbidos, de limites geográficos nas respectivas circunscrições em que atuam;
- B) Independem de prévia distribuição os atos relacionados na legislação pertinente aos registros públicos, de que são incumbidos, os oficiais de registro de imóveis, de títulos e documentos e civis de pessoas jurídicas, civis de pessoas naturais e de interdições e tutelas.
- C) Independe de nacionalidade brasileira a delegação para o exercício da atividade notarial e de registro.
- D) Independentemente de prévia exigência, compete privativamente aos oficiais de registro de distribuição proceder à distribuição eqüitativa pelos serviços da mesma natureza, registrando os atos praticados ou registrar as comunicações recebidas, efetuar as averbações e cancelamentos e expedir as certidões de atos e documentos que constem de seus registros e papéis, de sua competência.

Questão 25

Pelos atos que praticarem em decorrência da Lei dos Registros Públicos (Lei n. 6.015, de 1973), os oficiais de registro terão direito, a título de remuneração, à integralidade dos emolumentos fixados nos Regimentos de Custas do Distrito Federal, dos Estados e dos Territórios, os quais serão pagos, pelo interessado que os requerer, no ato de requerimento ou no da apresentação do título, **EXCETO**:

- A) Em qualquer situação, os assentos do registro civil de nascimento e o de óbito, assim como a primeira certidão respectiva; na hipótese dos reconhecimentos pobres, fica assegurada a isenção de pagamento de emolumentos pelas demais certidões extraídas pelos serviços de registro civil de pessoas naturais.
- B) Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com aquisição imobiliária para fins residenciais, oriundas de programas e convênios com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para a construção de habitações populares destinadas a famílias de baixa renda, pelo sistema de mutirão e autoconstrução orientada.
- C) Nos atos praticados relativos a financiamento rural cuja propriedade tenha extensão de até 5 (cinco) módulos rurais.
- D) Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro Habitacional.

Questão 26

No tocante ao sistema de remissões recíprocas, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) É providência que não obstante essencial para garantia da segurança jurídica, depende de provocação do interessado ou de ordem judicial, podendo ser feita à margem do assento e, quando não houver espaço, no livro corrente com notas que facilitem a busca.
- B) Somente se aplicam nas averbações, podendo ser praticadas de ofício, a requerimento do interessado, do órgão do Ministério Público e por ordem judicial.
- C) Consiste em anotar nos atos anteriores, caso lançados em seu serviço ou em comunicar, com resumo do assento, ao oficial em cujo serviço estiverem os registros primitivos, em caráter obrigatório e de ofício pelo oficial registrador, no prazo de cinco (5) dias, sempre que algum registro ou averbação for lançado, dado que se tratam de providências essenciais para garantia da segurança jurídica e higiene do sistema.
- D) Compreende anotações ou comunicações em assentos anteriores que devem ser lançadas até, no máximo, a correção anual ordinária ou extraordinária.

Questão 27

No tocante ao procedimento de dúvida concernente à legislação dos registros públicos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Dado que possui natureza administrativa, a decisão nela proferida não repousa sobre uma verificação jurisdicional, de sorte que o juiz atua no interesse exclusivo da administração, no exercício de um poder de império, como administrador, jungido aos princípios e critérios que norteiam a administração pública, como integrante de uma estrutura hierarquizada.
- B) Compreende a hipótese na qual o oficial de registro civil de pessoas naturais, com motivos para duvidar da declaração de nascimento, tem a faculdade de ir à casa do recém-nascido verificar a sua existência ou exigir atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de duas pessoas que não forem os pais e tiverem visto o recém-nascido.
- C) A decisão nele proferida faz coisa julgada formal e material, mas não impede a propositura da ação contenciosa competente.
- D) Exige jurisdição (tarefa Estatal do Poder Judiciário com as garantias constitucionais do juiz natural e independente, do devido processo legal e do contraditório), em que o juiz não atua no interesse da administração, mas sim no de outrem, pois é um terceiro com referência à matéria que lhe é submetida, conferindo atuação à lei diante de fatos ou casos determinados e concretos.

Questão 28

Em relação aos princípios informadores dos sistemas notarial e de registros públicos, é **CORRETO** afirmar:

- A) Em se tratando de título judicial, vedado é ao oficial registrador e ao tabelião de protestos o exame e qualificação de suas formalidades legais extrínsecas, já que os serviços de registro, por previsão constitucional, estão sujeitos à fiscalização do Poder Judiciário, seja quanto aos atos já praticados, seja no tocante aos atos a serem efetivados.
- B) O princípio da inscrição significa que a constituição, transmissão e extinção de direitos reais sobre imóveis só se operam por atos *causa mortis*, mediante sua inscrição no registro.
- C) A fé pública de que é dotada a escritura pública lavrada em notas de tabelião faz prova plena e assegura a autenticidade tanto dos escritos quanto dos direitos constantes desses escritos.
- D) Ainda que se cuide de título judicial, o oficial registrador, profissional do direito que goza de fé pública, havendo exigência a ser satisfeita, deverá indicá-la por escrito e recusar registro a título e documento que não se revistam das formalidades legais, por força do princípio da legalidade e como imperativo de sua independência jurídica, facultado ao interessado requerer-lhe a suscitação de dúvida.

Questão 29

No que concerne à Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais e ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça deste Estado, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Inserem-se na gama de atribuições do Corregedor-Geral de Justiça, entre outras, a superintendência dos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais, o exercício da direção do foro da comarca de Belo Horizonte, a designação de juiz para exercer a direção do foro nas comarcas com mais de uma Vara, a orientação de notários e registradores, inclusive com a edição de atos de caráter normativo e cumprimento obrigatório para disciplinar tais matérias, estabelecer diretrizes e ordens para a boa realização dos serviços e melhor execução das atividades, bem como sua fiscalização, o exercício da função disciplinar, nos casos de descumprimento dos deveres e das obrigações legais e regulamentares, instaurar sindicância ou processo administrativo disciplinar e aplicar as penas correlatas, na forma da lei, realizar correições ordinária e extraordinária, de forma geral ou parcial.
- B) Uma vez instalada a comarca, disporá no respectivo distrito sede, ao menos de um Serviço Notarial, um Serviço de Registro de Imóveis, um Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas, um Serviço de Protesto de Títulos e de um Serviço de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas; além de edifício público de domínio do Estado com capacidade e condições para a instalação do fórum, delegacia de polícia, cadeia pública e quartel do destacamento policial, concurso público homologado, para provimento dos cargos que comporão a Secretaria do Juízo, bem como um Juiz de Direito, Tribunal do Júri e outros órgãos que a lei instituir.
- C) A circunscrição judiciária constitui-se da reunião de comarcas contíguas, uma das quais será sua sede. A comarca constitui-se de um ou mais municípios e tem por sede a do município que lhe der o nome, podendo subdividir-se em distritos e subdistritos judiciários, os quais, por sua vez, constituem-se de um ou mais distritos ou subdistritos administrativos, assim criados por resolução.
- D) As comarcas se classificam como de primeira entrância (com um só Juiz); de segunda entrância (menos de duzentos e cinquenta mil habitantes e duas ou mais varas); de entrância final (mais de duzentos e cinquenta mil habitantes e duas ou mais varas); e de entrância especial (Circunscrições Judiciárias Metropolitana de Belo Horizonte e do Vale do Aço).

Questão 30

Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais é **CORRETO** afirmar:

- A) Compete ao Conselho da Magistratura julgar, em grau de recurso, as decisões proferidas por juiz investido na competência concernente à legislação de registros públicos, somente no tocante às hipóteses de registro em sentido estrito.
- B) Compete ao Corregedor-Geral de Justiça julgar, em grau de recurso, as decisões proferidas por juiz investido na competência concernente à legislação de registros públicos, somente no tocante às hipóteses de averbação.
- C) Compete ao Conselho da Magistratura julgar, em grau de recurso, ato ou decisão do Corregedor-Geral de Justiça ou do juiz que impuser pena disciplinar.
- D) Compete ao Conselho da Magistratura julgar, em grau de recurso, as decisões jurisdicionais proferidas pelo juiz Diretor do Foro nos feitos concernentes à legislação de registros públicos.

➤ **Conhecimentos Técnicos Específicos sobre Registro Civil de Pessoas Naturais**

Questão 31

Assinale a opção **INCORRETA**.

- A) O registro da emancipação bem como o da interdição são feitos no livro “B”, nos termos do artigo 33 da Lei dos Registros Públicos.
- B) A emancipação legal (parágrafo único do artigo 5º. do Código Civil), independe de assentamento específico, produzindo efeitos desde logo, a partir do ato ou fato que a justifique.
- C) Quando o juiz conceder emancipação, deverá comunicá-la, de ofício, ao oficial de registro, se não constar dos autos haver sido efetuado este dentro de 8 (oito) dias.
- D) A sentença que declara a interdição produz efeitos desde logo, embora sujeita a recurso, devendo ser inscrita no registro civil de pessoas naturais.

Questão 32

Assinale a opção **INCORRETA**.

- A) Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1(um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente feito.
- B) O registro de óbito, via de regra, deve ser feito dentro de 24 (vinte e quatro) horas do falecimento.
- C) A cremação de cadáver não repercute na esfera do registro civil.
- D) Nos termos da Lei dos Registros Públicos, o vizinho, quanto ao falecimento que tiver notícia, mesmo que supletivamente, não é obrigado a fazer a declaração de óbito.

Questão 33

Serão **registrados** no Registro Civil de Pessoas Naturais, **EXCETO**

- A) os nascimentos.
- B) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
- C) a sentença declaratória de ausência.
- D) a sentença que decretar a nulidade do casamento.

Questão 34

Assinale a opção **INCORRETA**.

- A) Admite-se a substituição do prenome em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, sendo, nesses casos, por se tratar de exceção ao princípio da *imutabilidade*, desnecessária a intervenção do Ministério Público.
- B) Admite-se a alteração do nome civil, após o decurso do prazo de um ano, contado da maioridade civil, somente por exceção e motivadamente.
- C) É possível a correção de erros de grafia em assentamentos no registro civil pela via administrativa, que será processada junto ao próprio cartório do local do registro, independentemente de pagamento de selos e taxas.
- D) É admissível alteração do regime de bens mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, ressalvados os direitos de terceiros.

Questão 35

Assinale a opção **INCORRETA**.

- A) O Ministério Público deve investigar e adotar providências eficazes diante de irregularidades envolvendo o serviço notarial e de registro, por se tratar de assunto de extrema gravidade para a sociedade, podendo, para tanto, utilizar-se das medidas necessárias, inclusive, de natureza penal.
- B) Quando, em autos ou papéis de que conhecer, o Juiz verificar a existência de crime de ação penal pública, poderá remeter ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.
- C) O Ministério Público tem legitimidade para promover a interdição de pessoa portadora de doença mental grave.
- D) Se o Ministério Público impugnar pedido de correção de erros de grafia em assentamentos no registro civil, o processo justificatório tomará feição contenciosa.

Questão 36

Quanto ao conteúdo do assento de nascimento, assinale a opção **INCORRETA**.

- A) Deverá conter o dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determiná-la, ou aproximada.
- B) Deverá conter o sexo do registrando.
- C) Deverá conter os nomes e prenomes, a naturalidade, a profissão e o estado civil dos pais.
- D) Deverá conter o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido.

Questão 37

Quanto à ordem do serviço para o registro de pessoas naturais, assinale a opção **INCORRETA**.

- A) O serviço de registro civil das pessoas naturais será prestado todos os dias, sem exceção.
- B) No caso de ter a criança nascido morta, será o registro feito no livro “C Auxiliar”, com os elementos que couberem.
- C) No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, serão feitos os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas.
- D) Para os reconhecidamente pobres não serão cobrados emolumentos pelas certidões de nascimento e casamento, contudo, far-se-á a inserção nas certidões, da condição de pobreza, a fim de justificar a gratuidade do serviço.

Questão 38

Quanto ao reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento, assinale a opção **INCORRETA**.

- A) O filho havido fora do casamento pode ser reconhecido pelos pais, conjunta ou separadamente.
- B) O reconhecimento não pode ser revogado, nem mesmo quando feito em testamento.
- C) O filho maior pode ser reconhecido independentemente de seu consentimento.
- D) O reconhecimento pode ser feito por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório.

Questão 39

Quanto à adoção, assinale a opção **INCORRETA**.

- A) O vínculo de adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.
- B) O mandado judicial, que será arquivado, cancelará o registro original do adotado.
- C) A inscrição consignará o nome dos adotantes como pais, bem como o nome de seus ascendentes.
- D) A adoção produz seus efeitos a partir da inscrição no registro civil.

Questão 40

Com relação aos termos da Lei n. 11.441, de 04 de janeiro de 2007, **NÃO É CORRETO AFIRMAR:**

- A) A separação consensual e o divórcio consensual, não havendo filhos menores ou incapazes do casal, poderão ser realizados por escritura pública.
- B) O tabelião somente lavrará a escritura de separação consensual se os contratantes estiverem assistidos por advogado.
- C) A escritura de divórcio consensual dependerá de homologação judicial, o mesmo não acontecendo com a escritura de separação consensual, que constituirá, neste caso, título hábil para o registro civil.
- D) A escritura e demais atos notariais serão gratuitos àqueles que se declararem pobres.

➤ **Conhecimentos Técnicos Específicos sobre Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas**

Questão 41

No Registro de Títulos e Documentos será feita a transcrição:

- I. dos instrumentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor;
- II. do penhor comum sobre coisas móveis;
- III. da caução de títulos de crédito pessoal e da dívida pública federal, estadual ou municipal, ou de Bolsa ao portador;
- IV. do contrato de parceria agrícola ou pecuária;
- V. do mandado judicial de renovação do contrato de arrendamento para sua vigência, quer entre as partes contratantes, quer em face de terceiros (art. 19, § 2º, do Decreto n. 24.150, de 20 de abril de 1934);
- VI. facultativo, de quaisquer documentos, para sua conservação.

Das afirmativas acima estão **CORRETAS**

- A) apenas os incisos I, II, e III.
- B) apenas os incisos IV, V e VI.
- C) apenas os incisos I, III, V e VI.
- D) todos os incisos estão corretos.

Questão 42

O registro das sociedades, fundações e partidos políticos consistirá na declaração, feita em livro, pelo oficial, do número de ordem, da data da apresentação e da espécie do ato constitutivo, com as seguintes indicações:

- I. a denominação, o fundo social, quando houver, os fins e a sede da associação ou fundação, bem como o tempo de sua duração;
- II. o modo por que se administra e representa a sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- III. se o estatuto, o contrato ou o compromisso é reformável, no tocante à administração, e de que modo;
- IV. se os membros respondem ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais;
- V. as condições de extinção da pessoa jurídica e nesse caso o destino do seu patrimônio;
- VI. os nomes dos fundadores ou instituidores e dos membros da diretoria, provisória ou definitiva, com indicação da nacionalidade, estado civil e profissão de cada um, bem como o nome e residência do apresentante dos exemplares.

Marque a opção **INCORRETA**.

- A) Apenas os incisos I e II estão corretos.
- B) Apenas os incisos III e IV estão corretos.
- C) Apenas os incisos V e VI estão corretos.
- D) Todos os incisos estão errados.

Questão 43

Assinale a afirmativa **INCORRETA**.

Segundo o capítulo da Lei n. 6.015, de 1973, dedicado ao registro de jornais e demais empresas de comunicação, serão matriculados no registro civil das pessoas jurídicas

- A) os jornais e demais publicações periódicas.
- B) as oficinas impressoras de quaisquer natureza, pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas.
- C) as empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagens, comentários, debates, entrevistas e distribuição de jornais e revistas.
- D) as empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias.

Questão 44

Acerca da modalidade do registro de documentos, o livro de registro integral de títulos será escriturado nos termos do art. 142 da Lei n. 6.015, de 1973, lançando-se, antes de cada registro, o número de ordem, a data do protocolo e o nome do apresentante, e conterà colunas para as seguintes declarações, **EXCETO**:

- A) Número de ordem.
- B) Mês e ano.
- C) Transcrição.
- D) Anotações e averbações.

Questão 45

Assinale a alternativa **CORRETA**, segundo a lei civil brasileira:

- A) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- B) Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas do órgão responsável por sua criação.
- C) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, dolo.
- D) As pessoas jurídicas são de direito público, externo, e de direito privado.

Questão 46

Do Negócio Jurídico.

Assinale a resposta que corresponda ao texto legal.

- A) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio, e aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- B) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- C) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, exceto quando for necessária a declaração de vontade expressa de todas as partes.
- D) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua conclusão.

Questão 47

São normas que regem as obrigações, **EXCETO**:

- A) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- B) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação.
- C) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, a obrigação se resolverá, com a devolução pelo devedor ao credor da coisa ou valores recebidos pela obrigação contratada.
- D) Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.

Questão 48

- I. A liberdade de contratar será exercida nos limites da função social e vontade das partes expressa no contrato.
- II. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.
- III. Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, deverá-se adotar a interpretação mais favorável ao contratante.
- IV. Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- V. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas na Constituição federal.
- VI. Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

Segundo o atual Código Civil, estão **CORRETOS** os incisos constantes **NA OPÇÃO**:

- A) Incisos I, II e III.
- B) Incisos II, III e IV.
- C) Incisos I, III e VI.
- D) Incisos II, IV e VI.

Questão 49

Assinale a alternativa **INCORRETA**, segundo a lei civil brasileira em relação aos títulos de crédito.

- A) O título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preencha os requisitos da lei.
- B) A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
- C) Deve o título de crédito conter a data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere, e a assinatura do emitente.
- D) O título poderá ser emitido a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e que constem da escrituração do emitente, observados os requisitos mínimos previstos no art. 889 do Código Civil.

Questão 50

São excluídos do casamento pelo regime de comunhão universal de bens, entre outros, **EXCETO**

- A) os bens doados ou herdados pelos cônjuges.
- B) os bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário, antes de realizada a condição suspensiva.
- C) as dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos, ou reverterem em proveito comum.
- D) as doações antenupciais feitas por um dos cônjuges ao outro com a cláusula de incomunicabilidade.

➤ **Conhecimentos Técnicos Específicos sobre Registro de Imóveis**

Questão 51

A vigente Lei n. 4.591, de 11 de dezembro de 1964, a qual dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações, estabelece:

- I. A alienação de cada unidade, a transferência de direitos pertinentes à sua aquisição e a constituição de direitos reais sobre ela independem do consentimento dos condôminos.
- II. O condomínio por unidades autônomas instituir-se-á por ato entre vivos ou por testamento, com inscrição obrigatória no registro de imóveis, dele constando; a individualização de cada unidade, sua identificação e discriminação, bem como a fração ideal sobre o terreno e partes comuns, atribuída a cada unidade, dispensando-se a descrição interna da unidade.
- III. Considera-se aprovada, e obrigatória para os proprietários, promitentes compradores, cessionários e promitentes cessionários, atuais e futuros, como para qualquer ocupante, a Convenção que reúna as assinaturas de titulares de direitos que representem, no mínimo, 2/3 das frações ideais que compõem o condomínio.

A partir dessas afirmações, pode-se concluir que

- A) apenas uma é falsa.
- B) apenas duas são falsas.
- C) todas são falsas.
- D) todas são verdadeiras.

Questão 52

Com base na Lei n. 5.709, de 7 de outubro de 1971, a qual regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro, assinale a opção **INCORRETA**.

- A) A aquisição de imóvel situado em área considerada indispensável à segurança nacional por pessoa estrangeira, física ou jurídica, depende do assentimento prévio da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.
- B) Os cartórios de Registro de Imóveis manterão cadastro especial, em livro auxiliar, das aquisições de terras rurais por pessoas estrangeiras, físicas e jurídicas, no qual deverá constar:
 - I. menção do documento descritivo do imóvel, com área, características, limites e confrontações; e
 - II. memorial descritivo do imóvel, com área, características, limites e confrontações; e
 - III. transcrição da autorização do órgão competente, quando for o caso.
- C) Semestralmente, os cartórios de Registro de Imóveis remeterão, sob pena de perda do cargo, à Corregedoria da Justiça dos Estados a que estiverem subordinados e ao Ministério da Defesa, relação das aquisições de áreas rurais por pessoas estrangeiras, da qual constem os dados do adquirente e do imóvel.
- D) Nos loteamentos rurais efetuados por empresas particulares de colonização, a aquisição e ocupação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) da área serão feitas obrigatoriamente por brasileiros.

Questão 53

Considerando-se a Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, marque a opção **INCORRETA**.

- A) O livro nº 3 – registro auxiliar – será destinado ao registro dos atos que, sendo atribuídos ao Registro de Imóveis por disposição legal, não digam respeito diretamente a imóvel matriculado.
- B) Poderão ser abertos e escriturados, concomitantemente, até cinco livros de “registro geral”, obedecendo, neste caso, a sua escrituração ao algarismo final da matrícula.
- C) O livro nº - indicador Real – será o repositório de todos imóveis que figurarem nos demais livros, devendo conter sua identificação, referência aos números de ordem dos outros livros e anotações necessárias.
- D) O livro nº 5 – indicador pessoal – dividido alfabeticamente, será o repositório dos nomes de todas as pessoas que, individual ou coletivamente, ativa ou passivamente, direta ou indiretamente, figurarem nos demais livros, fazendo-se referência aos respectivos números de ordem.

Questão 54

Considerando-se dispositivo da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, que a responsabilidade criminal por ato próprio da serventia, praticado por preposto do serviço será individualizada, conclui-se que

- A) tanto o registrador quanto o seu preposto responderão criminalmente pelo ato.
- B) somente o oficial do registro, como empregador, responderá penalmente.
- C) a individualização prevista na lei acima citada não exime registradores de sua responsabilidade civil.
- D) o Oficial do Registro responderá civilmente, e o preposto, criminalmente, não cabendo direito de regresso no caso de dolo ou culpa do preposto.

Questão 55

O Oficial do registro, em sua própria Serventia, poderá autorizar a prática de atos de seu interesse, cônjuge ou de parentes, na linha reta ou na colateral, consangüíneos ou afins, até o terceiro grau, desde que:

- A) ele exija representação dessas pessoas, por procuração pública.
- B) os atos sejam praticados por seu substituto legal.
- C) ela seja precedida de autorização judicial expressa.
- D) os atos sejam subscritos por colega registrador da mesma cidade.

Questão 56

Considerando-se a Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a qual dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, marque a opção **CORRETA**.

- A) Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:
- I. as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.
 - II. os lotes terão área mínima de 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, salvo quando a legislação estadual ou municipal determinar maiores exigências, ou quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes;
 - III. ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;
 - IV. as vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local.
- B) Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao Registro Imobiliário dentro de 280 (duzentos e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, acompanhado de documentos.
- C) Antes da elaboração do projeto de loteamento, o interessado deverá solicitar à Prefeitura Municipal, ou ao Distrito Federal quando for o caso, que defina as diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário, apresentando, para este fim, prévio estudo de viabilidade dos órgão ambientais.
- D) Aos Estados caberá disciplinar a aprovação pelos Municípios de loteamentos e desmembramentos os quais deverão ser aprovados pela Prefeitura Municipal, a quem compete também a fixação das diretrizes que melhor atenda aos interesses públicos.

Questão 57

São normas da Lei n. 9.514, de 20 de novembro de 1997, a qual dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências:

- I. Poderão operar no SFI as caixas econômicas, os bancos comerciais, os bancos de investimento, os bancos com carteira de crédito imobiliário, as sociedades de crédito imobiliário, as associações de poupança e empréstimo, as companhias hipotecárias e, a critério do Conselho Monetário Nacional - CMN, outras entidades.
- II. As companhias securitizadoras de créditos imobiliários, instituições não financeiras constituídas sob a forma de sociedade por ações, terão por finalidade a aquisição e securitização desses créditos e a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários, podendo emitir outros títulos de crédito, realizar negócios e prestar serviços compatíveis com as suas atividades.
- III. Constitui-se a propriedade fiduciária de coisa imóvel mediante registro, no competente Registro de Imóveis, do contrato que lhe serve de título.
- IV. Os atos e contratos referidos nesta Lei ou resultantes da sua aplicação, inclusive aqueles que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis, somente poderão ser celebrados por escritura pública.

A partir dessas afirmações, pode-se concluir que

- A) apenas uma é falsa.
- B) apenas duas são falsas.
- C) apenas três são falsas.
- D) todas são falsas.

Questão 58

Dispõe a Lei n.º 10.257, de 11 de julho de 2001, a qual regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana:

- I. Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.
- II. Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- III. Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- IV. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

A partir dessas afirmações, pode-se concluir que

- A) apenas uma é verdadeira.
- B) apenas duas são verdadeiras.
- C) apenas três são falsas.
- D) todas são verdadeiras.

Questão 59

Considerando-se a Portaria Conjunta n. 02 - TJMG/CGJ/SEF, de 11 de março de 2005, a qual disciplina a aquisição, confecção, distribuição e utilização do SELO DE FISCALIZAÇÃO de uso obrigatório pelos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais, em relação ao registro de imóveis é **CORRETO AFIRMAR**:

- A) EDITAL DE INTIMAÇÃO: será afixado um selo “PADRÃO” independentemente do número de pessoas a serem intimadas.
- B) REGISTRO DE MEMORIAL DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA: Será afixado um selo “PADRÃO” pelo processamento, acrescentando-se tantos selos “PADRÃO” quantas forem as unidades autônomas do memorial objeto do registro, no documento que certificar a prática dos atos.
- C) REGISTRO DE PENHORA, ARRESTO OU SEQUESTRO: Serão afixados dois selos “PADRÃO” no documento que certificar a prática do ato, além dos selos de “ARQUIVAMENTO”.
- D) REGISTRO DE CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO: Será afixado um selo “PADRÃO” no registro relacionado a edifício com até 12 (doze) unidades, acrescentando-se um novo selo “PADRÃO” para cada novo grupo de 06 (seis) unidades, ou fração.

Questão 60

A Lei 6.015, de 1973, estabelece em seu art. 198 que, havendo exigência a ser satisfeita, o oficial indica-la-á por escrito. Não se conformando o apresentante com a exigência do oficial, ou não a podendo satisfazer, será o título, a seu requerimento e com a declaração de dúvida, remetido ao juízo competente para dirimi-la, obedecendo-se aos seguintes incisos, **EXCETO**:

- A) I - no Protocolo, anotar o oficial, à margem da prenotação, a ocorrência da dúvida;
- B) II - após certificar, no título, a prenotação e a suscitação da dúvida, rubricará o oficial todas as suas folhas;
- C) III - em seguida, o oficial dará ciência dos termos da dúvida ao apresentante, fornecendo-lhe cópia da suscitação e notificando-o para impugná-la, perante o juízo competente, no prazo de 15 (quinze) dias;
- D) IV - certificado o cumprimento do disposto no item anterior, remeter-se-ão ao juízo competente, as razões da dúvida, para ser julgado por sentença.

➤ **Conhecimentos Técnicos Específicos sobre Tabelionato Protesto de Títulos e Outros Documentos de Dívida**

Questão 61

Quanto à prescrição da pretensão executiva fundada em títulos de crédito, é **CORRETO** afirmar que

- A) o simples protesto cambiário não interrompe a prescrição.
- B) em relação aos avalistas do aceitante de uma duplicata, é de 03 (três) anos, contados da data do vencimento.
- C) o protesto cambiário, quando apenas um dos devedores é intimado, interrompe a prescrição em relação aos demais coobrigados.
- D) a prescrição da nota promissória, em relação aos endossantes, é de 03 (três) anos a contar do seu vencimento.

Questão 62

Em relação ao pagamento do título ou do documento de dívida apresentado para protesto, é **CORRETO** afirmar que

- A) o pagamento é feito no valor histórico do título, acrescido dos emolumentos.
- B) o termo inicial da incidência de juros de mora de título com data de vencimento é o da data do registro do protesto.
- C) a quitação dada pelo oficial de protestos não impede a cobrança pelo credor das parcelas correspondentes à correção monetária e juros cabíveis.
- D) o pagamento do título por meio de cheque de emissão de estabelecimento bancário tem caráter *pro soluto*.

Questão 63

Sobre a responsabilidade dos Tabeliães de Protesto, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O Tabelião de Protesto responde, subsidiariamente, pelos prejuízos causados pelos seus substitutos e escreventes por dolo ou culpa.
- B) O Tabelião que registrar protesto de título prescrito responde pelos prejuízos causados ao devedor.
- C) A responsabilidade civil dos Tabeliães, em relação aos atos praticados por seus substitutos e escreventes, é objetiva.
- D) Os Tabeliães têm direito de regresso contra os seus prepostos apenas na hipótese destes agirem com dolo.

Questão 64

Quanto ao lugar para lavratura do protesto por falta de pagamento, é **CORRETO** afirmar que

- A) o protesto do cheque pode ser lavrado no domicílio do sacado, desde que o lugar do seu pagamento seja o mesmo.
- B) o protesto da duplicata é sempre lavrado no domicílio do devedor.
- C) o protesto da duplicata é sempre lavrado no domicílio do credor.
- D) sacada ou aceita a letra de câmbio para ser paga em outro domicílio que não o do sacado, naquele domicílio deve ser tirado o protesto.

Questão 65

Em relação à certidão e informações do protesto, assinale a alternativa **FALSA**.

- A) A certidão abrangerá os protestos lavrados e registrados por falta de pagamento, de aceite ou de devolução, ainda que sustados ou cancelados por ordem judicial.
- B) As certidões solicitadas serão expedidas dentro de cinco dias úteis, no máximo, e abrangerão o período mínimo dos cinco anos anteriores, contados da data do pedido.
- C) Os cartórios fornecerão às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito, quando solicitada, certidão diária, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados.
- D) As certidões deverão obrigatoriamente indicar, além do nome do devedor, seu número no Registro Geral (R.G.), constante da Cédula de Identidade, ou seu número no Cadastro de Pessoas Físicas (C.P.F.), se pessoa física.

Questão 66

Quanto ao registro do protesto, assinale a alternativa **FALSA**.

- A) Serão intimados, obrigatoriamente, todos os devedores, assim compreendidos como emitentes de cheques e notas promissórias, sacados de letras de câmbio e duplicatas, avalistas e endossantes.
- B) Após o vencimento, o protesto sempre será efetuado por falta de pagamento, vedada a recusa da lavratura e registro do protesto por motivo não previsto na lei cambial.
- C) O Tabelião de Protesto, que conserva em seus arquivos gravação eletrônica da imagem, cópia reprográfica ou micrográfica do título protestado, fica dispensado de sua transcrição literal, bem como das demais declarações nele inseridas.
- D) É permitido o protesto de títulos de responsabilidade de pessoas não sujeitas às consequências da legislação falimentar.

Questão 67

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Caso o devedor esteja em lugar incerto e não sabido, a sua intimação será feita por edital, publicado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, uma vez no órgão oficial e pelo menos duas vezes em jornal local, onde houver.
- B) A lei brasileira não admite o protesto de títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil.
- C) Uma vez registrado o protesto, o Tabelião de Protestos de Títulos e Documentos não pode retificar o instrumento de protesto, ainda que para sanar erros materiais.
- D) Para cancelamento de protesto em que tenha figurado apresentante por endosso-mandato, a declaração de anuência pode ser passada pelo credor endossante.

Questão 68

As declarações abaixo, uma vez lançadas no título de crédito, produzem efeitos, **EXCETO**:

- A) O saque de uma duplicata pelo falso mandatário do sacador.
- B) A expressão sem garantia lançada junto a um endosso impróprio.
- C) Nas letras de câmbio, com pluralidade de tomadores, o endosso lançado por apenas um deles.
- D) A emissão de cheque por terceiro, que não o titular da conta corrente respectiva.

Questão 69

São finalidades legais do protesto, **EXCETO**:

- A) Assegurar direito de regresso contra os coobrigados dos títulos de crédito.
- B) Permitir adoção de procedimento falimentar contra o devedor empresário.
- C) Negativar o nome do devedor.
- D) Comprovar a apresentação do título ou documento de dívida ao devedor.

Questão 70

Quanto à cláusula “sem despesas”, lançada pelo sacador de uma letra de câmbio, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Dispensa o portador de fazer um protesto por falta de aceite ou falta de pagamento, para poder exercer os seus direitos de ação em face dos devedores diretos e indiretos.
- B) Impede o protesto do título.
- C) Impede o Tabelionato de Protesto cobrar emolumentos.
- D) Deixa evidenciada a mora do devedor, independentemente do protesto.

➤ **Conhecimentos Técnicos Específicos sobre Tabelionato de Notas**

Questão 71

Sobre a atividade notarial, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Serviços notariais e de registro são organização técnica e administrativa destinada a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.
- B) A perfeição do ato jurídico realizado pelo notário serve também para evitar a falsidade, inexatidão ou imperfeição de um documento.
- C) O notário não é consultor jurídico e por isso não deve analisar os fatos de natureza econômica, moral ou familiar submetidos por seus clientes à sua apreciação, sob o prisma do direito.
- D) A função notarial tem caráter cautelar, imparcial, público e técnico.

Questão 72

Todas as afirmativas abaixo são verdadeiras, **EXCETO**:

- A) A atividade notarial, sendo função pública delegada pelo Estado ao particular, deve ser realizada pelos princípios norteadores da Administração Pública, eis que os poderes delegados aos notários são regrados pelo sistema jurídico vigente.
- B) Alguns princípios específicos da atividade notarial estão expressos no art. 6º da Lei 8.935, de 1994.
- C) São princípios específicos da atividade notarial, a forma (compete aos notários formalizar juridicamente à vontade das partes); a rogação (os notários só podem intervir nos atos e negócios jurídicos mediante solicitação das partes) e a autenticação (cabe ao notário autenticar fatos).
- D) A atribuição de fé pública aos atos praticados pelos notários tem por finalidade torná-los autênticos, transformando-os em instrumentos de prova, mas podem ser contestados por falsidade em qualquer grau da esfera administrativa.

Questão 73

Aos tabeliães de notas, nos termos da Lei 8.935, de 1994, compete com exclusividade, **EXCETO**:

- A) Lavrar registro de escrituras públicas de bens móveis e imóveis e semoventes.
- B) Lavrar escrituras e procurações públicas; Lavrar testamentos públicos e aprovar os cerrados.
- C) Lavrar atas notariais, extrair e conferir ou consertar públicas formas.
- D) Reconhecer firmas e autenticar documentos.

Questão 74

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Os notários não estão adstritos a sigilo profissional, uma vez que suas notas e registros são essencialmente públicos.
- B) A serventia deverá fornecer recibo, relativo ao pagamento pelo ato de reconhecimento de firma, autenticação de documento, e demais emolumentos incidentes sobre as escriturações realizadas.
- C) Constitui infração disciplinar do notário a cobrança indevida ou excessiva de emolumentos, ainda que sob a alegação de urgência.
- D) É dever dos notários afixar em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, as tabelas de emolumentos em vigor.

Questão 75

Todas as afirmativas abaixo são verdadeiras, **EXCETO**:

- A) A escritura pública lavrada em notas de tabelião deve conter data e local de sua realização; nome, nacionalidade, estado civil, domicílio e residência das partes e demais comparecentes, com a indicação, quando necessário, do regime de bens do casamento, nome do outro cônjuge e filiação.
- B) A certidão de quitação para com a Justiça Eleitoral é documento indispensável na escritura pública de compra e venda quando uma das partes for ocupante de cargos no Poder Executivo e Legislativo.
- C) Na escritura pública a manifestação clara da vontade das partes e dos intervenientes deve ser expressamente consignada, configurando assim o núcleo do negócio jurídico.
- D) Se alguma das partes ou intervenientes não souber assinar, outra pessoa capaz assinará a seu rogo, devendo o notário declarar no ato tal circunstância e colher a impressão digital, indicando o polegar. Em torno de cada impressão deverá ser escrito o nome da pessoa a que pertence, e o notário não poderá dispensar as testemunhas do ato.

Questão 76

Assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O exercício da atividade notarial é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão.
- B) A diplomação, na hipótese de mandato eletivo, e a posse, nos demais casos, implicarão o afastamento da atividade notarial.
- C) Aos notários é vedada a participação em associações ou sindicatos de classe.
- D) Cada serviço notarial funcionará em um só local, vedada a instalação de sucursal.

Questão 77

Assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A acessão de direitos hereditários, o contrato de constituição de renda e o pacto antenupcial somente poderão ser celebrados por escritura pública.
- B) Os notários poderão lavrar escrituras públicas de compra e venda *ad corpus* com cláusula resolutiva expressa; doação de bens imóveis; divórcio consensual com ou sem partilha de bens, separação consensual com ou sem partilha de bens; declaratória de união estável; inventário e partilha de bens e inventário negativo.
- C) O tabelião, não conhecendo a língua expressa no documento, não poderá autenticar a sua cópia, pois não conhece o seu conteúdo, e tampouco reconhecer a assinatura do signatário de qualquer documento em língua estrangeira.
- D) O relativamente capaz pode outorgar procuração, apenas por instrumento público, desde que assistido por seu pai, mãe, ou tutor.

Questão 78

Todas as afirmativas abaixo são verdadeiras, **EXCETO**:

- A) O cidadão com 17 anos não pode ser testemunha em atos lavrados por tabelião.
- B) Havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário judicial. Todavia, se todos forem capazes e concordes, o inventário e a partilha podem ser feitos por escritura pública, a qual constituirá título hábil para o registro imobiliário. O tabelião somente lavrará a escritura pública se todas as partes interessadas estiverem assistidas por advogado comum ou advogados de cada uma delas, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.
- C) Nos casos de inventário e partilha, a gratuidade do ato não isenta a parte do recolhimento de impostos de transmissão cabível.
- D) O cônjuge sobrevivente concorre com os descendentes, salvo se aquele for casado com o falecido no regime da comunhão universal ou no da separação obrigatória de bens.

Questão 79

Todas as afirmativas abaixo são verdadeiras, **EXCETO**:

- A) Na lavratura da escritura nos casos de inventário e partilha, deverão ser apresentados, dentre outros, os seguintes documentos: certidão de óbito do autor da herança; RG e CPF das partes e do autor da herança; certidões de registro civil comprobatórios do vínculo de parentesco dos herdeiros; certidão de casamento do cônjuge sobrevivente e dos herdeiros casados; certidão de registro de imóveis de propriedade e de ônus atualizada.
- B) O recolhimento do ITCD, no Estado de Minas Gerais, deve ser antecedente à lavratura da escritura.
- C) Concorrendo à herança irmão bilateral, herdarão, em partes iguais, os unilaterais.
- D) Para lavratura de escritura pública de imóvel rural, além das exigências previstas no art. 215 do Código Civil Brasileiro e na Lei n. 7.433, de 1985, é necessária a apresentação do CCIR (certificado de cadastro do imóvel rural), onde consta o código, denominação e localização do imóvel; nome e nacionalidade do detentor.

Questão 80

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Constitui crime lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal, punido com pena de reclusão de dois a quatro anos.
- B) Constitui crime coagir, de qualquer modo, o idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração, punido com pena de reclusão de dois a cinco anos.
- C) A responsabilidade civil, dos notários e oficiais de registro, independe da criminal. A responsabilidade criminal será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a administração pública.
- D) O tabelião está dispensado de apresentar à Receita Federal a Declaração Sobre Operações Imobiliárias relativa à escritura de dação de imóvel em pagamento de dívida.

FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

01	A	B	C	D	28	A	B	C	D	55	A	B	C	D
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
02					29					56				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
03					30					57				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
04					31					58				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
05					32					59				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
06					33					60				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
07					34					61				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
08					35					62				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
09					36					63				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
10					37					64				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
11					38					65				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
12					39					66				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
13					40					67				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
14					41					68				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
15					42					69				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
16					43					70				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
17					44					71				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
18					45					72				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
19					46					73				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
20					47					74				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
21					48					75				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
22					49					76				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
23					50					77				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
24					51					78				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
25					52					79				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
26					53					80				
	A	B	C	D		A	B	C	D		A	B	C	D
27					54									

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS,
OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**